

FRANCINE PROSE

Autora best-seller do *The New York Times*

CLEÓ PATRA

SEU MITO, SUA HISTÓRIA

Como a rainha egípcia ameaçou o reinado masculino e despertou
o desejo e a ira dos homens mais poderosos de seu tempo.

 Planeta

PREÇO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA

FRANCINE PROSE

CLEÓ PATRA

SEU MITO, SUA HISTÓRIA

Tradução

Flávia Souto Maior



TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Francine Prose, 2022
Publicado originalmente pela Yale University Press
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2024
Copyright da tradução © Flávia Souto Maior, 2024
Todos os direitos reservados.
Título original: *Cleopatra: Her History, Her Myth*

Preparação: Fernanda Guerriero Antunes
Revisão técnica: Érika Ramos
Revisão: Patrizia Zagni e Ana Laura Valério
Projeto gráfico e diagramação: Matheus Nagao
Capa: Túlio Cerquize
Imagens de capa: George Barbier / Rawpixel e Liudmila Klymenko / Shutterstock
Mapa (p. 2 e 3): Beehive Mapping

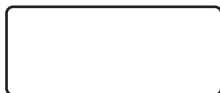
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Prose, Francine
Cleópatra : seu mito, sua história / Francine Prose ; tradução de Flávia Souto
Maior. - São Paulo : Planeta do Brasil, 2024.
192 p.
ISBN 978-85-422-2600-3
Título original: Cleopatra: Her History, Her Myth
1. Cleópatra, Rainha do Egito, m. 30 a.C. - Biografia 2. Rainhas - Egito - Biografia I.
Título II. Maior, Flávia Souto

24-0138

CDD 932.021

Índice para catálogo sistemático:
1. Cleópatra - Biografia



Ao escolher este livro, você está apoiando o
manejo responsável das florestas do mundo

2024
Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Planeta do Brasil Ltda.
Rua Bela Cintra, 986, 4º andar - Consolação
São Paulo - SP - 01415-002
www.planetadelivros.com.br
faleconosco@editoraplaneta.com.br

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Sumário

Introdução 15

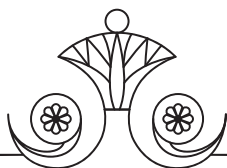
PARTE I A vida de Cleópatra

<i>Capítulo 1</i> As origens ptolomaicas	31
<i>Capítulo 2</i> Uma transferência de poder.....	47
<i>Capítulo 3</i> César e Cleópatra	57
<i>Capítulo 4</i> Marco Antônio	85
<i>Capítulo 5</i> Inicia-se o último ato.....	99
<i>Capítulo 6</i> A serpente.....	123

PARTE II O pós-vida de Cleópatra

<i>Capítulo 7</i> A pérola.....	143
<i>Capítulo 8</i> A Cleópatra de Shakespeare.....	147
<i>Capítulo 9</i> Cleópatra nas telas	157

Cronologia	173
Genealogia	175
Bibliografia	177
Agradecimentos	181
Índice remissivo	183



Capítulo 1

As origens ptolomaicas



A dinastia a que Cleópatra pertencia, que durou quase trezentos anos e terminou com sua morte, foi estabelecida por volta de 330 a.C., depois que Alexandre, o Grande, grego-macedônio, libertou o país de seus odiados e opressivos ocupantes persas, que o haviam conquistado dez anos antes. Ele foi saudado como libertador e encontrou pouca resistência.

Enquanto estava no controle do Egito, Alexandre se esforçou para estabelecer sua conexão com as antigas dinastias faraônicas. Ele fez uma visita cerimonial ao templo em Mênfis e providenciou sua coroação como faraó no templo de Ptah, deus egípcio da criação. Esse templo permaneceria sendo o centro da vida religiosa egípcia mesmo depois que a capital passou a ser Alexandria.

Por fim, Alexandre consultou o oráculo do Oásis de Siwa, no deserto da Líbia. Segundo alguns relatos, o oráculo proclamou que Alexandre não só era o soberano do mundo, mas também filho do deus egípcio Amon,



divindade que com frequência se fundia a Zeus em uma antiga mescla das religiões egípcia e grega.

Pronunciamentos oraculares e profecias eram extremamente importantes na cultura egípcia e a aprovação do conquistador macedônio pelo oráculo estabeleceu a legitimidade de sua autoridade. Apesar de a combinação das religiões grega e egípcia vir a ser encorajada pelos governantes ptolomaicos – estátuas de deuses egípcios foram erguidas em Alexandria –, há evidências de que a equiparação entre as divindades das duas culturas começou muito antes. Já no século v a.C., Heródoto tentou localizar um equivalente egípcio para cada deus grego.

Antes, Alexandre tinha fundado uma nova cidade na costa mediterrânea, onde ficava um vilarejo egípcio, localidade ideal para um porto, podendo ser acessada pelo Nilo. Em 331, ele deu à cidade o nome de Alexandria e contratou arquitetos, construtores e planejadores urbanos para construir estruturas e traçar as amplas vias. As praças públicas foram organizadas de acordo com uma planta que ele próprio desenhou.

Segundo Diodoro Sículo, “ao selecionar o ângulo correto das ruas, Alexandre fez a cidade respirar com os ventos etésios, de modo que, conforme soprassem por uma grande extensão de mar, refrescassem o ar da cidade e assim proporcionassem a seus habitantes um clima moderado e boa saúde” (livro 17). (Mais tarde, historiadores creditaram o projeto urbano a Dinócrates de Rodas.) Séculos depois, César ficou impressionado com a construção da cidade e também com o fato de a predominância de concreto e pedras de cantaria, e a ausência de vigas no piso e madeira, tornarem-na à prova de fogo. Ou pelo menos parcialmente à prova de fogo; a Grande Biblioteca de Alexandria foi danificada pelo fogo durante a guerra civil entre Cleópatra e seu irmão.

Quando Alexandre morreu na Babilônia, em 323, seus generais tiveram dificuldade para determinar como, na ausência de um herdeiro ou sucessor designado, seu império seria dividido. Seu aliado próximo e (segundo alguns) parente distante Ptolomeu foi o vitorioso e reivindicou o rico e fértil

Egito, abastecido pelas águas do Nilo. Ele depois ficaria conhecido como Ptolomeu Sóter (Salvador) ou, para os historiadores modernos, Ptolomeu I.

Depois de defender com êxito o Egito de seus rivais políticos e militares, Ptolomeu se tornou faraó por volta de 305–304. Ele fundou uma dinastia que manteve viva uma civilização antiga e ancestral e, por um tempo, estendeu as fronteiras do Egito para incluir Líbia, Chipre, Creta, Palestina, parte da Síria, Crimeia e o que hoje conhecemos como a Grécia moderna.

Devido à crença de que Alexandre, o Grande, não poderia ser cultuado adequadamente se suas relíquias estivessem em outro lugar, Ptolomeu I estabeleceu a própria primazia e aumentou o poder do culto político-militar-religioso alexandrino ao roubar o corpo de Alexandre no trajeto da Babilônia ao Egito e levá-lo para Mênfis. Mais tarde, seu filho Ptolomeu II ordenaria que o corpo fosse transferido para Alexandria: uma pavorosa jornada *post mortem*, como a de Eva Perón, em que se acreditava que a posse de um cadáver poderia conferir poder político.

Ptolomeu I se deu conta de que uma forma de pacificar os expatriados falantes de grego e os vindos da Macedônia, e de evitar que os egípcios se rebelassem sob domínio estrangeiro, era encorajar a imigração do Egito para a Grécia e ao mesmo tempo convencer os imigrantes e a população local de que seu regime era parte grego, parte egípcio. Isso não era verdade. Embora tivesse absorvido alguns aspectos da cultura do país que ocupava, a família real se esforçou para permanecer linguística, racial e etnicamente macedônia.

Fora do palácio real e em todo o Egito, o casamento inter-racial era comum e muitas vezes era difícil distinguir gregos de egípcios. Ainda assim, o grau de harmonia entre os egípcios nativos e os imigrantes mais novos da Grécia oscilava e a tensão entre a população indígena e seus governantes helenísticos persistiu até – e durante – o reinado de Cleópatra.

A cultura da Grécia não podia ser traduzida por completo, uma vez que as oliveiras, tão importantes na dieta e na vida cotidiana grega, não prosperavam em solo egípcio. Períodos pacíficos foram interrompidos por épocas de tensão étnica durante as quais os gregos eram vistos pelos egípcios

nativos como intrusos que impunham sua vontade ao que havia sobrado de uma civilização orgulhosa e ancestral.

Em termos de religião, os grego-macedônios se adaptaram e adotaram qualquer coisa que parecesse propensa a consolidar sua influência e poder. Os reis e rainhas participavam dos sacrifícios e cerimônias que tivessem o maior número de seguidores e nos quais sua presença tivesse mais visibilidade.

Em seus esforços para consolidar as religiões nativa e importadas, Ptolomeu promoveu a adoração a Serápis, um deus que combinava aspectos do deus egípcio Osíris, o sagrado touro Ápis e o deus grego Zeus. A divindade era representada por uma figura antropomórfica com os longos cabelos e barba de um deus grego, mais compreensível e convincente para os gregos do que as divindades com cabeça de animal dos egípcios que tanto desconcertavam Diodoro. Serapeus foram construídos por todo o Egito, mas Ptolomeu III estabeleceu o maior deles sobre um planalto rochoso com vista para Alexandria. O impressionante templo viraria um popular destino de peregrinação.

Os Ptolomeus foram afortunados por terem assumido o controle de um país acostumado a endeusar e idolatrar seus reis e rainhas vivos e mortos. Aos governantes ptolomaicos foram concedidas honrarias divinas para aprofundar a conexão entre o templo e o Estado.

A mistura das culturas grega e egípcia não aconteceu sem atrito. Segundo o historiador Michel Chauveau, “a linha de ruptura criada pela chegada em massa dos gregos no Egito não só separou as duas comunidades, mas também afetou indivíduos a ponto de às vezes provocar uma verdadeira esquizofrenia cultural”. Embora o Egito seja retratado como um exemplo de homogeneização cultural, nos moldes da Espanha medieval ou da Sicília sob o domínio dos normandos, Chauveau sugere uma “coexistência fundada em relativa e mútua ignorância, como dois universos paralelos desenvolvendo-se de forma quase autônoma, com poucos efeitos recíprocos” (*Egypt in the Age of Cleopatra*).

Um ponto em comum conectando gregos, romanos e egípcios é o que chamaríamos de superstição, mas precisamos nos lembrar de que

civilizações anteriores acreditavam que o que hoje consideramos pensamento mágico tinha base científica. Oráculos, presságios, agouros e sonhos revelavam o futuro com uma clareza que os céticos (mais notoriamente Júlio César) ignoravam por sua conta e risco. Deuses exigiam sacrifícios para evitar desastres, para garantir clima favorável e para assegurar vitória militar.

A mistura de religiões funcionava nas duas direções: o culto a Ísis — deusa não só da colheita, mas também da fertilidade humana, da maternidade e do casamento — espalhou-se por todo o Império Romano. Ele se tornou uma das religiões mais vigorosas do império, popular entre mulheres e homens que idolatravam uma deusa que gerava colheita e lançava raios, a restauradora da vida que havia juntado os pedaços esquartejados de seu irmão e amante assassinado, Osíris, e o trazido de volta dos mortos. Um templo dedicado a Ísis destruído por um terremoto em 62 d.C., reconstruído e perdido novamente durante a erupção do Vesúvio, em 79, foi descoberto nas ruínas de Pompeia.

Pelo menos parte do poder político de Cleópatra resultava do fato de ela se identificar com Ísis e ser idolatrada como sua manifestação viva. Ela comparecia a eventos oficiais vestida como a deusa, usando uma coroa rodeada de najas. Nos primeiros séculos depois de Cristo, foram feitos esforços em todo o Império Romano para refrear o culto a Ísis e, por extensão, a adoração residual a Cleópatra como uma deusa menor.

A paixão egípcia por construir templos e monumentos foi passada adiante pelos grego-macedônios, sob o domínio dos quais o porto de Alexandria, com uma população do mundo todo, que incluía não só gregos e egípcios, mas também judeus, etíopes e líbios, tornou-se uma cidade com avenidas amplas, fontes e parques bem cuidados, com um famoso museu e a grande biblioteca que atraía estudiosos de terras distantes. Conduzida por uma sucessão de bibliotecários considerados pequenas celebridades na sociedade alexandrina, ela continha, diziam, milhares de rolos de papiros. Historiadores, antigos e modernos, tentaram calcular a extensão do acervo da biblioteca. Os primeiros Ptolomeus aparentemente eram tão obcecados

a aumentá-lo que confiscavam todo livro que chegava em Alexandria, depositavam-no na biblioteca e criavam uma cópia para recompensar o dono original. No início do século III a.C., Zenódoto de Éfeso, seu primeiro bibliotecário, organizou os volumes em ordem alfabética e produziu novas edições da *Ilíada* e da *Odisseia*. Além de conter as obras dos autores gregos mais importantes, a biblioteca abrigava milhares de traduções gregas de textos egípcios, babilônios, persas, fenícios e hebraicos.

Outra famosa atração de Alexandria era seu farol, o Faros, uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo. O historiador e geógrafo grego Estrabão, que visitou Alexandria no final do século I a.C., descreveu o farol: com vários andares (talvez passando de 120 metros de altura), era feito de pedra branca, mármore ou calcário. No século seguinte, o satírico Luciano de Samósata imaginou estar no céu, olhando para a terra, e incapaz de reconhecer o planeta até ver o Colosso de Rodes e o Faros (*Icaromenippus*).

Estrabão também deixou um relato sobre as belezas do porto de Alexandria, os largos corredores de seu museu, os bancos e espaços comunitários para alimentação, as construções públicas e sagradas, entre elas a tumba de Alexandre, os tribunais de justiça e o estádio, o impressionante *Gymnasium*, um zoológico que abrigava uma série de animais exóticos e um monte rochoso, criado artificialmente, que podia ser escalado para uma vista panorâmica do porto.

O palácio que Cleópatra um dia habitaria era conhecido por seu tamanho e grandiosidade. Um terremoto e um tsunami acabaram submergindo toda a estrutura sob o mar, onde foi descoberto e escavado por arqueólogos franceses a partir de 1998. Em 2010, uma equipe de mergulhadores liderada pelo arqueólogo subaquático Franck Goddio exibiu algumas das descobertas que haviam sido recuperadas, entre elas uma gigantesca cabeça que, acredita-se, representa o filho de Cleópatra, Cesarião, assim como estátuas grandes e pequenas de governantes e divindades, moedas e objetos cotidianos.

Segundo Estrabão, um terço da cidade era dedicado à área ocupada pelos palácios, cujos ocupantes tinham um porto exclusivo para uso pessoal.

A história e a poesia deram a Cleópatra o símbolo supremo do luxo: o barco do prazer, de ouro maciço cravejado de joias, no qual ela navegou para encontrar Marco Antônio.

Talvez pelo fato de a ideia da grande biblioteca ainda dominar nossa consideração, talvez pelo encantamento de Estrabão com a cidade, a Alexandria de Cleópatra pareça um paraíso ptolomaico onde acadêmicos iam estudar e no qual cidadãos educados se misturavam a exímios editores que trabalhavam em textos novos e aprimorados de Homero. No entanto, também era um porto tumultuado, repleto de um grupo internacional de mulheres e homens ricos e pobres. Tinha uma taxa de criminalidade significativa e um clima politicamente volátil que podia fazer a população se amotinar, saindo das cercanias onde morava e se dirigindo aos portões do palácio. Esses problemas criariam mais um elemento instável com que Cleópatra teria que lidar enquanto tentava equilibrar pressões conflitantes e demandas de sua cidade, seu país e o Império Romano.

No filme de 1932, *Million Dollar Legs*, ambientado no país fictício de Klopstokia, todas as mulheres se chamam Angela e todos os homens se chamam George. Quando o soberano do reino, interpretado por W.C. Fields, é questionado sobre o motivo de os klopstokianos fazerem isso, ele responde: “Por que não?”.

Provavelmente, os reis ptolomaicos tinham uma razão mais convincente para dar a todas as crianças do sexo masculino o nome de Ptolomeu e às do sexo feminino o nome de Cleópatra, Arsínoe ou Berenice. O resultado, porém, não facilitou as coisas para o historiador, que deve esmiuçar as raras sucessões pacíficas, as rivalidades e disputas familiares, os casamentos entre irmãos que levaram a conspiração, guerra civil e assassinato. O que ajuda, em parte, é o fato de muitos dos governantes terem recebido apelidos: Aquele que Ama sua Mãe, Aquele que Ama seu Pai, Aquele que Ama sua Irmã, Barrigudo, Grão-de-Bico e Bastardo.

Na primavera de 282 a.C., Ptolomeu I morreu e foi sucedido por seu filho, Ptolomeu II, que travou guerra contra os governantes da Síria e da

Núbia e expandiu as fronteiras do Império Egípcio, colonizando a costa do Mar Vermelho e liberando um canal entre o Nilo e o mar, um precursor do Canal de Suez. Sob sua liderança, o Egito se tornou uma potência naval significativa.

Ptolomeu II foi o primeiro dos líderes ptolomaicos a praticar o casamento entre irmãos. Embora, de início, considerado pelos gregos uma forma de incesto, o casamento entre irmãos acabou se mostrando uma forma conveniente de garantir a “pureza” da linhagem macedônia e evitar ambições conflitantes na corte. Ademais, isso reconciliou o status de certo modo alto das mulheres egípcias e a relativa submissão das mulheres na Grécia. Na prática, casamentos entre irmãos e irmãs costumavam ser desastrosos, causa de brutais assassinatos na família em quase todas as gerações.

Depois de repudiar sua esposa, Arsínoe I, que havia sido acusada de conspirar contra ele, Ptolomeu II, de acordo com Chauveau, “conseguiu dar um golpe publicitário a favor de sua dinastia ao se casar com a própria irmã, Arsínoe II, e ao tratar sua morte como uma apoteose oportuna. O culto à nova deusa Filadelfo tornou possível unir gregos e egípcios em um fervor lealista comum, garantindo, assim, a simpatia de longo prazo de seus súditos à sua linhagem” (*Egypt in the Age of Cleopatra*). O culto dedicado a Arsínoe viria a ser extremamente popular. Ptolomeu II também trabalhou para intensificar a devoção religiosa a Alexandre, o Grande, que foi glorificado com cerimônias patrocinadas de modo oficial. Ptolomeu também deificou seus pais e inúmeros outros parentes, estabeleceu um elaborado festival anual em homenagem a seu pai e ordenou a construção e restauração de templos por todo o Egito.

Em 246, Ptolomeu II foi sucedido por Ptolomeu III, filho da primeira esposa de seu pai. Ele foi o primeiro dos faraós ptolomaicos a ser ameaçado por – e a conter – uma revolta de egípcios cujas adversidades haviam sido ampliadas por uma desastrosa fome e pelos impostos cobrados para financiar as guerras externas que mais adiante expandiram o território do Egito. Além de ordenar a construção do Serapeu de Alexandria, Ptolomeu III deu

seguimento à tradição, iniciada por seu pai e seu avô, de construir templos e encorajar o aprendizado e a literatura.

Os reinados de Ptolomeu II e Ptolomeu III foram indiscutivelmente os períodos mais estáveis e bem-sucedidos da dinastia. Novos projetos de irrigação foram iniciados, reformas agrícolas foram instauradas. Um sistema administrativo elaborado foi estabelecido para supervisionar a produção artesanal, a tributação e a renda gerada pela exportação rentável de grãos e papiro. O fim da ocupação persa e o advento da (relativa) paz e prosperidade haviam alimentado um renascimento cultural e o florescimento da cidade de Alexandria naquele centro de cultura.

Os anos – quase dois séculos, na realidade – de declínio se iniciaram com o filho e sucessor de Ptolomeu III, Ptolomeu IV, que, em parte, ficou famoso pela violência de seu regime, em particular o assassinato intrafamiliar, que arruinou quase todas as gerações seguintes da dinastia ptolomaica e que persistiria até (e incluiria) o reinado de Cleópatra.

A ladainha de horrores familiares na dinastia ptolomaica é tão longa, complexa e terrível que historiadores e biógrafos adotaram com frequência um tom quase comicamente neutro ao discorrer sobre os crimes. Eis o que escreveu Stacy Schiff a respeito da ancestralidade de Cleópatra:

No fim do século III [Ptolomeu IV] assassinou seu tio, sua mãe e seu irmão. Cortesãos o pouparam de envenenar a esposa, pois eles mesmos o fizeram, assim que ela gerou um herdeiro. Repetidas vezes, mães enviaram soldados contra os filhos. Irmãs travaram guerra com irmãos. A bisavó de Cleópatra declarou guerra civil contra seus pais e uma segunda contra seus filhos... A mãe de Berenice II pegou emprestado o marido estrangeiro da filha e, por esse acúmulo de funções, Berenice ordenou o assassinato dele... Cleópatra III... era ao mesmo tempo esposa e sobrinha de Ptolomeu VIII. Ele a estuprara quando era adolescente, época em que estava simultaneamente casado com a mãe dela. Os dois brigaram. Ptolomeu matou e esquartejou o filho deles, de 14 anos, e entregou um baú repleto de membros mutilados nos portões do palácio no dia do aniversário dela.

É claro, o costume de assassinar parentes próximos não era exclusivo do Egito ptolomaico. Ele persistiu na Europa pelo menos durante o Período Elizabetano e ainda é praticado em locais em que ditaduras e monarquias fortes incitam e recompensam transferências de poder por homicídio. Isso nos faz repensar nossas noções de família e como tratamos aqueles próximos a nós e nos lembra de como é insensato presumir que podemos compreender os pensamentos, emoções e instintos daqueles que viveram em outra época – seres humanos com visões de mundo tão diferentes que até instituições tão básicas (pode-se pensar) como a família têm pouco em comum de uma época a outra, à exceção das questões de sangue e nascimento.

A violência familiar parece ter sido prevalente não só no palácio real. Quando Diodoro Sículo, historiador grego que viveu mais ou menos na época de Júlio César e morreu no mesmo ano de Cleópatra, escreve sobre as leis dos egípcios, não fica totalmente claro de que sistema jurídico está falando, já que as leis variavam de cidade para país, de região para região. Ainda surpreendente é a passagem sugerindo que a violência familiar não se restringia a reis e rainhas, embora faraós estivessem isentos das leis duras e peculiares que ele descreve:

No caso de pais que tivessem matado os filhos... os criminosos teriam que segurar o corpo morto nos braços por três dias e noites seguidos, sob a vigilância de um guarda do Estado, pois não era considerado justo tirar a vida daqueles que tinham dado vida a seus filhos... Mas para filhos que tivessem matado os pais era reservada uma punição incomparável; era exigido que aqueles que fossem considerados culpados tivessem fragmentos de carne do tamanho de um dedo cortados do corpo com pedaços de junco afiados e depois fossem colocados sobre uma cama de espinhos e queimados vivos, pois considerava-se que tirar por meio de violência a vida daqueles que lhe haviam dado a vida era o maior crime possível a um homem. (Livro 1.)

No entanto, além de providenciar que seu irmão fosse escaldado durante o banho e sua mãe fosse assassinada, Ptolomeu IV foi obrigado a conter outra rebelião.

Mais uma vez, o opressivo sistema de tributação e as desigualdades de poder e posse de terras haviam suscitado oposição ao faraó, e o exército que tinha sido erguido para combater a Síria se voltou contra os Ptolomeus. Os rebeldes nativos conquistaram o apoio da classe sacerdotal. O faraó perdeu o controle do Alto Egito, tanto que quando de sua morte o sul do país se apartou do restante.

O país permaneceu dividido até Ptolomeu V ascender ao trono, em 205 a.C., e reconquistar Tebas e o delta do Nilo. Durante esses anos, o Egito perdeu uma grande porção de território para os vizinhos próximos. As despesas e distrações de travar guerras estrangeiras e conter revoltas internas impediram que o faraó desse continuidade aos ambiciosos projetos de construção que os Ptolomeus anteriores haviam iniciado. Dizem que o declínio do império e a fraqueza resultante que criaria dificuldades políticas – *vis-à-vis* Roma – para Cleópatra começaram durante esse período. Com o tempo, Ptolomeu V conseguiu intermediar paz com a Síria ao se casar com a filha de Antíoco III, governante macedônio da Síria, descendente de outro general de Alexandre.

Essa filha seria coroada Cleópatra I, nomeada em homenagem à irmã de Alexandre. Quando ela herdou o trono, em 180, depois da morte de seu marido, em teoria estava servindo de regente para seu filho mais novo, mas, de fato, era a única governante do país e estabeleceu os direitos e privilégios que tanto afetaram a vida das mulheres egípcias, que com frequência tinham boa educação, podiam se casar, divorciar e viajar à vontade e também tinham autonomia para herdar propriedade no próprio nome e participar de trâmites legais.

Com 6 anos à ocasião da morte do pai, Ptolomeu VI governou sob a regência de sua mãe e em conjunto com a irmã e o irmão Ptolomeu VII, que mais tarde ele expulsou do país. As guerras na Síria recomeçaram; Ptolomeu VI foi exilado por outro irmão, Ptolomeu VIII, e enviado para viver no Chipre, de onde retornou depois de um tempo para retomar o reino.

Depois que Ptolomeu VI morreu combatendo na Síria, Ptolomeu VIII, apelidado Fiscon, ou “Barrigudo”, assumiu o controle do país e cimentou

com Roma relações mais fortes do que seus predecessores, chegando a ser declarado “amigo e aliado do povo romano” – e assim colocando em risco a soberania do Egito. Ptolomeu promoveu a expurgação daqueles que haviam apoiado seu irmão mais novo e, supostamente, um massacre em que alexandrinos inocentes foram mortos, ao que parece, de forma aleatória. Entre os assassinados estavam inúmeros intelectuais. Outros estudiosos e literatos foram exilados e a intendência da biblioteca foi confiada a um dos companheiros militares do faraó – contribuindo assim para o declínio da cultura alexandrina.

Quando Barrigudo morreu, em 116, seu filho, Ptolomeu ix – “Grão-de-Bico” – governou o país com sua mãe e avó. Depois que sua mãe alegou que ele havia tentado mandar matá-la e nomeado seu irmão mais novo, Ptolomeu x, como governante, Ptolomeu ix fugiu para o Chipre, de onde voltou depois de um tempo e reivindicou o trono egípcio.

Durante seu reinado, Ptolomeu x fez muitas dívidas com os financistas romanos. Em seu testamento, como garantia de um empréstimo que lhe permitiu derrotar um exército rebelde, ele deixava o reino para Roma caso morresse sem um herdeiro do sexo masculino. O gesto imprudente viria a ter consequências duradouras. Embora Roma nunca tenha tentado diretamente impor o cumprimento das disposições do testamento, o documento enfatizou a vulnerabilidade do Egito e sua dependência financeira de Roma. A visão romana do Egito como fonte de riqueza extraível ficaria mais presente e as cobranças de tributos, mais exigentes. Essa situação seria muito exacerbada durante o reinado do pai de Cleópatra, Ptolomeu xii.

Em 80 a.C., o ditador romano Lúcio Cornélio Sula nomeou Ptolomeu xi para o trono egípcio depois de insistir que o novo soberano se casasse com sua madrasta, muito mais velha que ele. Quando o rei egípcio concordou, e depois logo matou a noiva, ele foi morto pelo povo de Alexandria, que preferia a esposa que ele havia executado.

O seguinte na linha de sucessão era o irmão do faraó, Ptolomeu do Chipre, que cometeu suicídio para não entregar o Chipre a Roma, pois sabia

que isso lhe seria exigido. Essa morte assumiria um significado mítico para os Ptolomeus restantes, e quando, mais tarde, Marco Antônio incluiu o Chipre entre seus presentes para Cleópatra, isso teria sido considerado uma restituição de terras que eram dela por direito – assim como a correção de uma injustiça cometida contra sua família.

Depois da morte de Ptolomeu do Chipre, o pai de Cleópatra, Ptolomeu XII, foi chamado de volta ao Egito. Embora fosse filho ilegítimo de Ptolomeu IX com uma concubina, ele era o único herdeiro dinástico remotamente adequado e, dessa forma, a única esperança de manter Roma afastada. Ele logo foi nomeado rei. Em parte, isso foi feito com a ideia de dissuadir Sula, que estava de olho no Egito. Essa ameaça chegou ainda mais perto de se concretizar depois que Sula morreu e foi substituído por Pompeu, o general romano que anexou a Judeia, levando a fronteira do império até a do Egito.

Ptolomeu XII foi apelidado de Bastardo (uma referência ao fato de ser filho ilegítimo) e Aulete, o Tocador de Flauta, um título sarcástico derivado de uma piada frequente sobre suas habilidades de liderança: dizia-se que ele preferia tocar flauta a governar o Egito. Novo Dionísio foi o nome que Ptolomeu XII escolheu para si mesmo: o nome de um deus grego, um amante de prazer e vinho. Diz-se que Aulete promovia celebrações orgiásticas no palácio real, banquetes envolvendo música, bebedeira e dança.

O culto a Dionísio era popular havia tempos em Roma e uma estátua do deus decorava o palacete de César na margem oeste do Tibre – uma casa onde Cleópatra mais tarde seria recebida como convidada de César. No Egito, Dionísio passara a ser cada vez mais identificado com Osíris, deus da fertilidade, dos mortos e da ressurreição. Dionísio também é como as pessoas viriam a se referir a Marco Antônio mais adiante. Quando Cleópatra chegou em sua barca dourada para o encontro fatídico, Plutarco escreve, “espalhou-se um rumor de que Afrodite havia chegado para se divertir com Dionísio pelo bem da Ásia”. O comportamento libertino de Marco Antônio, contudo, também lembrava Plutarco das duas faces do deus: “Dionísio, Aquele que Traz Alegria e o Gentil. E de fato era assim para alguns, mas

para muitos mais ele era o Comedor de Carne Crua e o Selvagem”. É de se perguntar o que Dionísio Aulete pretendia ao adotar o nome, o deus feliz ou o deus selvagem – ou se estava se referindo a ambos.

Durante o reinado de Aulete, ele basicamente hipotecou a economia egípcia em troca de garantir influência e apoio de Roma. Quando morreu, ele devia 17,5 milhões de dracmas: custo dos banquetes opulentos que havia promovido em busca do apoio de Roma e dos presentes generosos ao extremo que dera a seus aliados, entre eles a coroa de ouro que ofereceu a Pompeu. Em um dos banquetes de Aulete, cada um dos mil convidados recebeu uma taça de ouro nova a cada prato servido e foi encorajado a levá-la para casa.

Em 59, Pompeu, César e Crasso – que juntos formavam o Primeiro Triunvirato – concordaram em apoiar o rei egípcio em troca de que Ptolomeu XII pagasse uma tarifa, uma quantia que o historiador Michael Grant estimou ser equivalente à metade da arrecadação do Egito em seis meses ou possivelmente um ano.

Apesar da despesa extraordinária, o acordo representou certo salvamento e um alívio, já que Pompeu e César estavam de olho na anexação do Egito com uma avidez cada vez maior. Ainda assim, e como era de se esperar, os egípcios não ficaram nada felizes com a dívida nem com os tributos estabelecidos para pagá-la.

Tributos sempre foram um assunto tempestuoso para aqueles que os pagam, e no Egito ptolomaico períodos de agitação com frequência se iniciavam como uma expressão de fúria em razão dos impostos excessivos. A ideia de ser tributado em quantias exorbitantes para pagar pelas taças de ouro que o faraó havia dado a seus convidados romanos foi a gota-d'água. O fardo das cobranças injustas, a instabilidade financeira e o visível descuido da liderança de Aulete inspiraram novos motins. Ptolomeu fugiu da efervescência em Alexandria e se refugiou em Roma. Foi sugerido que Cleópatra, aos 9 ou 10 anos, acompanhasse o pai nessa viagem, que seria sua primeira ida a Roma.

A longa ausência de Aulete e sua estada no luxuoso palacete de Pompeu nas Colinas Albanas não foram o suficiente para amenizar a fúria e a inquietação em Alexandria. Quando um grupo de mais de cem emissários foi do Egito para Roma para informar o faraó sobre o descontentamento de seu país e o desejo do povo de que ele ficasse em exílio permanente e deixasse o Egito para sua filha, Berenice IV (irmã mais velha de Cleópatra), Ptolomeu mandou matar o líder dos emissários e vários mensageiros.

A aliança entre romanos e egípcios também não era popular em Roma. Uma série de maus agouros – como um raio que acertou uma estátua de Júpiter nas Colinas Albanas, aparentemente perto do palacete de Pompeu – foi interpretada como alertas sobre os perigos e dificuldades que surgiriam se Roma continuasse apoiando o rei egípcio. Pompeu deveria ter levado esses presságios mais a sério, já que a aliança com o Egito causaria sua morte. Os romanos expressaram reprovação por meio de tumultos nas ruas, da mesma forma que sua contraparte se amotinava no Egito. A aliança romano-egípcia pareceu ter sido popular principalmente entre aqueles grupos que pretendiam lucrar ou arquitetar uma mudança no regime.

Na ausência de Aulete, o vácuo de poder inspirou Berenice a se autoproclamar rainha do Egito em 56. Quando foi arranjado um marido para a rainha, ela mandou estrangulá-lo dias depois do casamento. Sua rebelião agora significava que Aulete seria forçado a acrescentar à sua dívida existente o custo astronômico de transportar e manter o exército mercenário que o ajudaria a retomar o trono.

Liderando a campanha de Aulete contra Berenice estava Aulo Gabínio, um general romano aliado de Pompeu. Com a ajuda de Gabínio e de seu feroz e incontrolável exército – os *Gabiniani*, muitos dos quais tinham ascendência germânica e gaulesa –, Ptolomeu XII retornou ao Egito, executou Berenice e retomou o trono em 55 a.C.